VALDIR FLORINDO

Desembargador do TRT de são Paulo e presidente honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho

À espera de uma decisão... o preço para a sociedade

Na mitologia grega, Procusto obrigava os viajantes a caber em sua cama: esticava os menores e mutilava os maiores. A medida era fixa; a vida precisava ceder. O Direito corre perigo semelhante quando acomoda o trabalho em uma forma contratual sem examinar a experiência de quem o realiza.

No debate sobre a pejotização, porém, há outra maneira de desconsiderar a realidade: deixar sem resposta, por tempo prolongado, as questões que organizam a vida de empresas e trabalhadores.

Desde abril de 2025, o país aguarda a definição do Tema 1389 pelo Supremo Tribunal Federal. Estão em discussão a licitude da contratação de pessoas jurídicas ou autônomos, a competência para julgar alegações de fraude e o ônus da prova. A retomada dos processos nas varas e nos TRTs, em junho de 2026, não encerrou a indefinição: a suspensão passou a ocorrer após o acórdão regional.

O processo pode esperar; as decisões da vida econômica, não. Enquanto a resposta judicial não chega, empresas contratam, trabalhadores aceitam condições e famílias organizam seu sustento. A demora não suspende essas escolhas: obriga a sociedade a fazê-las sob incerteza.

Ampliar um negócio exige calcular custos e planejar contratações. Quando as consequências jurídicas permanecem indefinidas, o investimento pode ser adiado. Quem contrata teme um passivo futuro; quem trabalha pode cumprir ordens e horários sem o reconhecimento da proteção constitucional correspondente. O custo da espera se distribui entre oportunidades adiadas, riscos acumulados e direitos cuja efetividade permanece em disputa.

Há uma desigualdade adicional: a capacidade de suportar a espera. Uma empresa pode provisionar recursos, embora isso comprometa seu planejamento. Para o trabalhador, uma verba controvertida pode representar a despesa imediata da casa. O calendário processual é o mesmo; as condições de atravessá-lo são profundamente diferentes.

É preciso distinguir autonomia verdadeira de subordinação encoberta. Mas a sociedade também precisa saber quando terá essa resposta. A segurança jurídica exige regras compreensíveis e uma perspectiva concreta de solução. A ausência prolongada de definição alimenta o problema que o julgamento pretende resolver.

A questão da competência tampouco pode ser separada da origem do conflito. A Justiça do Trabalho não procura a controvérsia: a natureza da relação que a produz atrai automaticamente sua competência, prevista no artigo 114 da Constituição. Se o que se questiona é a existência de emprego sob um contrato civil, esse contrato não pode, por seu simples rótulo, afastar a jurisdição encarregada de investigar a realidade que ele supostamente oculta.

Decidir quem julga não equivale a reconhecer antecipadamente um vínculo. Significa assegurar que a alegação seja examinada pelo órgão constitucionalmente competente, com contraditório e prova. Uma decisão de improcedência também é uma resposta trabalhista. Confundir competência com resultado transforma a porta de entrada do processo em antecipação do mérito.

A complexidade do tema justifica estudo, debate e prudência. Justifica também prioridade. Quanto maior o alcance social de uma controvérsia, maior a responsabilidade de oferecer uma solução em tempo razoável, como exige a Constituição.

A demora prolongada compromete a confiança nas instituições. A credibilidade do Judiciário depende de responder enquanto a resposta ainda pode fazer diferença. O tempo da Justiça precisa considerar o tempo de quem dela necessita.

Até quando a sociedade terá de administrar essa indefinição? Novas formas de contratação exigem reflexão jurídica, mas a reflexão precisa chegar a uma decisão. O país continua trabalhando enquanto aguarda.

A Constituição não é a cama de Procusto. Tampouco pode ser uma sala de espera sem previsão de atendimento.

LAUDELINO DA COSTA MENDES NETO

Advogado empresarial

A voz das urnas

Falar sobre política costuma gerar mais calor do que luz. Paixões, preferências e rejeições ocupam facilmente o espaço da reflexão. Mas, quando as urnas se fecham, restam números. E os números do primeiro turno disseram alguma coisa. A dificuldade é saber exatamente o quê.

Milhões de brasileiros deram seu voto a Flávio Bolsonaro, um candidato cuja projeção nacional esteve, até aqui, muito mais ligada ao sobrenome que carrega do que a uma trajetória própria na disputa pela Presidência.

Por quê? Não existe uma resposta única para milhões de votos. Há identificação ideológica, fidelidade ao bolsonarismo, rejeição ao adversário, expectativas econômicas, questões de segurança e tantas outras razões individuais.

Mas talvez exista também uma palavra que ajude a compreender parte desse resultado: cansaço. Cansaço dos mesmos protagonistas, das mesmas promessas, das mesmas bravatas e, sobretudo, da mesma figura central, com sua permanente vociferação.

Antes mesmo da eleição, já se apontava algo descrito quase literalmente como um "cansaço da voz de Lula". Não propriamente de seu timbre, mas do que aquela voz passou a representar para uma parcela do eleitorado: mais passado do que futuro.

Há quase quarenta anos Lula ocupa o centro da política brasileira. Venceu, perdeu, voltou, indicou sucessores, enfrentou adversários, deixou o poder e retornou a ele. Pouquíssimos personagens da história republicana permaneceram por tanto tempo no centro do palco.

É natural que a permanência produza também fadiga. E é exatamente aí que a alternância precisa ser compreendida sem ingenuidade.

Alternar não significa afirmar que quem chega será melhor. Significa reconhecer que a democracia também pressupõe a possibilidade efetiva de substituição. Às vezes, o voto não está dizendo apenas "quero este". Está dizendo também "não quero mais aquele".

Talvez uma parte da voz das urnas esteja aí. O curioso é observar como os próprios candidatos parecem tê-la escutado.

Flávio Bolsonaro saiu do primeiro turno embalado pelo resultado e pela forte expansão de seu campo político no Congresso. Poucos dias depois, já falava em aproveitar essa nova correlação de forças para mudar a Constituição.

É a euforia comum a quem recebe das urnas mais do que talvez esperasse receber. Campanhas produzem bravatas. Sempre produziram. Promessas são feitas, ideias são lançadas e muitas acabam esquecidas antes mesmo da posse. Do outro lado, Lula parece ter percebido outro recado.

Em meio ao desgaste do Supremo, passou a defender mudanças importantes na própria Corte. Antes do primeiro turno, propôs mandato para ministros e a criação de um colegiado, com participação da sociedade civil, no processo de escolha de seus integrantes.

Não deixa de ser uma mudança expressiva no discurso de quem exerceu diversas vezes a prerrogativa presidencial de indicar ministros para o STF. Um avança. O outro recua. É provável que a vociferação dê lugar, daqui para a frente, ao antigo "Lulinha paz e amor".

Talvez ambos estejam apenas tentando entender a voz das urnas. E há algo que ela parece dizer com bastante clareza: existe desejo de mudança.

Quem vencer estará politicamente legitimado a propô-la, inclusive no plano constitucional, desde que dentro das regras do jogo. O que a vitória não concede é autorização para presumir que toda mudança desejada pelo vencedor já recebeu, por si só, o consentimento popular.

Ouvir as urnas exige, portanto, mais do que euforia. Exige compreender até onde vai o mandato recebido. Talvez seja essa, afinal, a voz que mais precise ser ouvida.

LIN CHIA-LUNG

Ministro das Relações Exteriores da República da China (Taiwan)

Taiwan, ONU e a defesa da Ordem Internacional

A ordem internacional baseada em regras enfrenta forte pressão. Estados autoritários tentam enfraquecer suas salvaguardas e redefinir normas globais em benefício próprio, afrontando princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, como a solução pacífica de controvérsias e a proibição da ameaça ou do uso da força.

A comunidade internacional vive um momento decisivo: ou agimos unidos para defender o Estado de Direito e a paz, ou assistiremos ao esfacelamento da ordem global, arrastando consigo a liberdade, a autodeterminação e a democracia.

Essa escolha é cristalina na primeira cadeia de ilhas do Indopacífico. A segurança regional sofre com a crescente pressão da China, que emprega táticas de "zona cinzenta" — intimidação militar, intrusões cibernéticas e coerção econômica — para alterar unilateralmente o status quo.

Na linha de frente da democracia, Taiwan manterá a estabilidade regional. A paz no Estreito de Taiwan — via marítima crucial e artéria vital para as cadeias globais de suprimento — é um interesse compartilhado por todos, como reforçado por declarações do G7 e de diversos fóruns multilaterais entre EUA, Japão, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia.

Essa ordem também é solapada pela distorção deliberada da Resolução 2758 da Assembleia Geral da ONU. Adotada em 1971 para tratar da representação chinesa na ONU, seu texto não menciona Taiwan, não define seu status político nem aborda sua participação no sistema global. Ao fundir a resolução ao seu suposto "princípio de uma só China", Pequim tenta isolar Taiwan, criando um precedente jurídico perigoso e um pretexto para futuras ações militares.

A despeito da exclusão, Taiwan atua como força para o bem. Líder global em semicondutores, inteligência artificial e tecnologia, o país constrói cadeias de suprimento seguras e resilientes. Pelo "Projeto de Prosperidade com Aliados Diplomáticos", impulsiona o desenvolvimento com parcerias concretas: o sistema integrado de informação em saúde no Paraguai, a reserva estratégica de combustível em Eswatini e a saúde digital no Hospital Nacional de Palau.

O presidente eleito da 81ª Assembleia Geral da ONU, Khalilur Rahman, definiu como prioridades a restauração da confiança e a transformação institucional. Taiwan compartilha dessas metas. Contudo, recuperar a credibilidade da ONU exige tratar cada membro com justiça e tal transformação jamais estará completa enquanto um parceiro construtivo continuar excluído.

Instamos a comunidade internacional a honrar a inclusão e a solução pacífica de controvérsias. O mundo livre precisa de Taiwan — e uma ONU mais forte necessita de sua participação significativa para consolidar a segurança coletiva, a resiliência tecnológica e a capacidade de resistir à pressão autoritária.